Excelentíssimo Senhor
LINDOMAR RODRIGO BRANDÃO
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

REQUERIMENTO Nº 141/2025

Requer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, por intermédio de seu departamento competente, informações detalhadas sobre o planejamento, a execução orçamentária e financeira, o andamento administrativo e o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público, referentes à construção da Casa de Passagem, visando a fiscalização e a garantia da correta aplicação dos recursos públicos destinados à obra.

A Vereadora signatária, **THANIA MARIA CAMINSKI GEHLEN – PP**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, por intermédio de seu departamento competente, que preste informações detalhadas acerca do planejamento e execução da construção da Casa de Passagem, tendo em vista a sua relevância social e o dever constitucional de transparência na administração pública.

Considerando que a obra ainda não foi iniciada, faz-se imprescindível esclarecer o *status* atual do planejamento e das providências adotadas pelo Executivo para viabilizar sua efetivação, bem como a correta aplicação dos recursos oriundos de emendas impositivas municipais, emendas parlamentares federais e do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público.

No tocante ao planejamento, requer-se que seja informada a situação do projeto arquitetônico e estrutural, especificando se já foi elaborado e aprovado, bem como se há pendências ambientais, urbanísticas ou estruturais que possam estar impedindo o início da obra. Além disso, solicita-se a indicação do terreno destinado à construção, acompanhada da documentação comprobatória da posse, cessão ou doação da área ao município.

Quanto à execução orçamentária e financeira, requer-se um demonstrativo detalhado dos valores já garantidos para a construção da Casa de Passagem, discriminando

Assinado por 1 pessoa: THANIA MARIA CAMINSKI GEHLEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmpatobranco.1doc.com.br/verificacao/1772-233C-5616-B510 e informe o código 1772-233C-5616-B510

os montantes provenientes de emendas impositivas municipais, emendas parlamentares federais e contrapartida do município, com a especificação da origem de cada recurso e sua destinação. Solicita-se, ainda, a situação dos repasses financeiros, indicando se já foram liberados, se encontram-se empenhados ou se há pendências que estejam impedindo sua utilização, bem como informações sobre eventual necessidade de complementação financeira para a viabilização integral da obra.

No que concerne à execução administrativa, requer-se a confirmação sobre a abertura de processo licitatório para a contratação da empresa responsável pela execução da obra. Caso o certame tenha sido realizado, solicita-se cópia integral do edital de licitação, bem como a identificação da empresa vencedora e eventuais aditivos contratuais firmados. Caso a licitação ainda não tenha sido iniciada, requer-se a devida justificativa para a demora, bem como a previsão oficial para sua publicação e conclusão.

Tendo em vista que há um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o município e o Ministério Público, requer-se a cópia integral do documento, bem como informações detalhadas sobre as obrigações assumidas pelo município e os prazos estabelecidos para cumprimento. Além disso, solicita-se que sejam apresentados relatórios que atestem o cumprimento das cláusulas do TAC, bem como informações sobre eventuais notificações, advertências ou sanções aplicadas pelo Ministério Público em razão de descumprimento do compromisso firmado.

Diante da evidente demora na execução da obra, requer-se justificativa oficial do Executivo Municipal para a ausência de início da construção, esclarecendo se há entraves administrativos, financeiros ou jurídicos que estejam inviabilizando sua execução. Caso existam obstáculos à sua concretização, solicita-se a apresentação das medidas adotadas pelo município para regularizar a situação e garantir o início da obra no menor prazo possível.

Por fim, a fim de assegurar a transparência e possibilitar a fiscalização parlamentar, requer-se a indicação dos órgãos municipais responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da obra, bem como a apresentação de eventuais pareceres técnicos ou jurídicos que possam estar influenciando sua não execução.

Considerando a relevância da obra para a política municipal de proteção aos animais, bem como a necessidade de garantir a correta destinação dos recursos públicos, solicita-se que as informações sejam prestadas de forma clara e objetiva, acompanhadas da documentação pertinente, dentro do prazo regimental estabelecido.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, d*ocumento datado e assinado digitalmente*

Assinado por 1 pessoa: THANIA MARIA CAMINSKI GEHLEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmpatobranco.1doc.com.br/verificacao/1772-233C-5616-B510 e informe o código 1772-233C-5616-B510

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 1772-233C-5616-B510

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

THANIA MARIA CAMINSKI GEHLEN (CPF 777.XXX.XXX-00) em 18/02/2025 17:47:37 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cmpatobranco.1doc.com.br/verificacao/1772-233C-5616-B510